

ÉTICA NA INTERPRETAÇÃO DA LIBRAS-PORTUGUÊS NA SALA DE AULA: ALTERIDADE COMO FUNDAMENTO ÉTICO***ETHICS IN THE LIBRAS-PORTUGUESE INTERPRETATION IN THE CLASSROOM: OTHERNESS AS AN ETHICAL BASIS FOR THE TRANSLATION***

Andréa Silva Rosa

Maria Inês Bacellar Monteiro

RESUMO: Este texto refere-se a uma tese de doutorado sobre a alteridade como fundamento ético para a tradução e interpretação da língua de sinais na sala de aula. Tem como objetivo analisar os dizeres dos tradutores e intérpretes de Libras sobre o que é ser ético em sala de aula. Este estudo apresenta uma discussão a partir da análise de um conjunto de três entrevistas de tradutores e intérpretes de língua de sinais (Tils) que atuam na sala de aula nos ensinos médio e superior. A fundamentação teórica baseia-se em reflexões de autores dos Estudos da Tradução, que tratam da versão de uma língua para outra apontando que a ética está no respeito às diferenças das línguas. Os tradutores são éticos quando assumem sua responsabilidade no ato tradutório.

PALAVRAS-CHAVE: Tradutor e intérprete de língua de sinais; Ética; Sala de aula; Estudos da Tradução

ABSTRACT: This paper refers to a doctoral thesis on otherness as an ethical basis for the translation and interpretation of sign language within the classroom. Its objective is to analyze the understanding of translators and interpreters of Libras on what it is to be ethical in the classroom. This study develops its discussion based on the analysis of a set of three interviews of sign language translators and interpreters (Tils) working in high school and college classrooms. The theoretical framework follows the principle of the ethics of translation, based on the reflections of authors of Translation Studies, who approach the work of translating one language into another, pointing out that ethics is found in the respect to the languages' differences. Translators are ethical when they take their responsibility in the act of translating.

KEYWORDS: Sign language translator and interpreter; Ethics; Classroom; Translation Studies.

Introdução

A partir da década de 1990, são disseminadas novas formas de pensar a educação visando atender às novas demandas do mundo contemporâneo. A educação inclusiva é defendida a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos

(UNICEF, 1990), ocorrida em 1990, na Tailândia, tendo como foco a criação de mecanismos que pudessem contemplar a todos sem distinção. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1998), ocorrida em 1994, outro marco importante na história da educação para as pessoas com necessidades educativas especiais, proclama a inclusão de todas as crianças no ensino regular, tenham elas necessidades educativas especiais ou não.

No mundo todo a partir de 1990, difundiu-se com força a defesa de uma política educacional de inclusão dos sujeitos com necessidades educativas especiais, propondo maior respeito e socialização efetiva desses grupos e contemplando, assim, também a comunidade surda. Houve um movimento de desprestígio dos programas de educação especial e um incentivo maciço para práticas de inclusão de pessoas surdas em escolas regulares (ouvintes). (LACERDA, 2006, p.164).

Nesse contexto mundial de defesa de uma política de educação dos surdos em escolas regulares, fez-se necessário repensar as práticas pedagógicas adotadas partindo da ideia de que todas as pessoas são capazes de aprender, independentemente de suas necessidades, desde que, para isso, sejam oferecidas condições favoráveis para seu aprendizado. Dentro do contexto da inclusão, devemos entender que, se antes essas pessoas eram rotuladas como incapazes, vivenciando modelos integracionistas de educação, nos quais a pessoa tinha que se adaptar à escola, nessa nova proposta educacional a escola deve fornecer os subsídios necessários para o desenvolvimento pleno do indivíduo.

A inclusão do surdo na escola regular é um campo fértil de discussões e polêmicas, uma vez que, para que esse aluno seja incluído de forma eficaz, é preciso que a escola reconheça a língua de sinais como língua de instrução. No que se refere à inclusão do surdo em qualquer nível de ensino, faz-se necessário levar em consideração os aspectos linguísticos e culturais pertencentes à comunidade surda como fator de equidade de condições para o desenvolvimento pleno entre os indivíduos, tendo a Libras como eixo central.

Realmente, a escola é a instituição que deve assumir o compromisso de tematizar a língua, ampliando a vivência desta enquanto instância de interação e significação, ou aprimoramento da capacidade do aluno para tomá-la como objeto de conhecimento. Na escolarização regular de ouvintes, múltiplas questões constituem barreiras para o alcance dessa meta. A situação, contudo, torna-se mais complexa no caso de alunos surdos, se considerar a efetivação de um trabalho educacional com e sobre a língua majoritária e a língua de sinais. (GOES, 2002, p. 58).

Para que o processo de inclusão do aluno surdo seja consolidado, é preciso criar um ambiente linguístico no qual ele possa desenvolver suas potencialidades. A presença do intérprete de língua de sinais é imprescindível para mediar a comunicação entre professor ouvinte e aluno surdo e entre aluno ouvinte e aluno surdo.

O papel da escola inclusiva direciona-se na busca de uma educação que traga a todos os seus alunos o acesso ao ensino-aprendizado e a permanência na escola, de modo que as necessidades e potencialidades de cada um sejam respeitadas. No que diz respeito aos alunos surdos, deve-se levar em consideração sua especificidade tanto linguística quanto cultural. É nesse contexto educacional complexo que está inserido o tradutor e intérprete de língua de sinais (Tils), sujeito da pesquisa aqui realizada.

Pretende-se discutir o que significa ser ético durante o ato interpretativo. Para isso, é essencial dar escuta à voz dos intérpretes sobre ética, como ocorrem suas escolhas linguísticas durante o ato interpretativo e quais são as soluções encontradas nas situações em que não há sinal correspondente da palavra dita em português. Analisar suas traduções sem ouvi-lo é, a nosso ver, reforçar a condição de invisibilidade do Tils.

Os dados que serão apresentados referem-se às análises de um conjunto de três entrevistas de tradutores e intérpretes de língua de sinais que atuam na sala de aula. A transcrição das entrevistas foi realizada por uma das autoras como parte de sua pesquisa de doutorado. A opção por transcrever as entrevistas deu-se pelo fato de considerarmos esse momento como uma experiência a mais e por constituir uma pré-análise do material.

Apesar de o objetivo da transcrição ser transpor as informações orais em informações escritas, nesse processo ocorre um segundo momento de escuta, no qual podem permear impressão e hipóteses que afloram intuitivamente durante o ato de escutar e transcrever. (MANZINI, 2006, p.364).

As entrevistas foram realizadas individualmente com cada sujeito, de forma semiestruturada. O eixo da entrevista contemplava os objetivos da pesquisa, ou seja, como ser ético durante o ato interpretativo tendo em conta que não é possível haver intérprete neutro e tampouco tradução literal.

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram três intérpretes: um do sexo feminino e dois, do sexo masculino. Os sujeitos da pesquisa atuam profissionalmente como intérpretes de língua de sinais em instituições de ensino médio e superior.

Os nomes dos sujeitos foram escolhidos a partir de personagens bíblicos, uma vez que a primeira autora tem uma história de vida e identidade profissional como intérprete perpassada pela Igreja e quis prestar uma homenagem aos participantes da pesquisa. São eles: Davi, homem pequeno, imperfeito como todos nós, mas que, com sua fé, venceu gigantes; Rute, mulher amiga, confiável e leal, e, por fim, Jônatas, amigo incondicional, pessoa sensível. As páginas deste trabalho reúnem o pensar sobre o ato ético no momento da tradução por parte daqueles que praticam a interpretação da língua de sinais.

1 A (in)existência de neutralidade do intérprete de língua de sinais

Conforme apontado por Rosa (2008), a tradução é um movimento de transformação, na medida em que a produção do texto de chegada implica, necessariamente, a reinauguração do significado do texto de partida. Nessa perspectiva, os textos de chegada e de partida compartilham do mesmo *status* social, porque o tradutor, longe de exercer o papel de descobridor do verdadeiro significado veiculado pelo texto de partida, transforma-se em seu novo autor. No estudo desenvolvido por Rosa (2008), concluiu-se que é necessário reconhecer que há uma identidade entre os dois textos e não há total autonomia para o texto de chegada, ou seja, os conceitos de texto de partida e de texto de chegada não são totalmente distintos, uma vez que o significado do texto de partida é (re)criado no mesmo movimento em que o texto de chegada é produzido. Sujeito e objeto de leitura são indissociáveis, o que caracteriza, em última instância, uma relação absoluta entre a origem e o destino dos processos de tradução.

O Tils está entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda, proporcionando um (des)entendimento entre esses dois grupos linguísticos. E, ao realizar seu trabalho, é essencial que ele converta para a língua de sinais a mensagem dita em português, buscando a “fidelidade”, concebida, neste trabalho, como equivalência de mensagens. “O intérprete de língua de sinais (ILS) produzirá um outro/mesmo discurso: outro, porque o fato de buscar um sinal/palavra equivalente já é um movimento diferente, e mesmo, pelo fato de o discurso ser correspondente ao discurso do português” (ROSA, 2008, p. 107).

A possibilidade de tradução no ato interpretativo, a “fidelidade”, será encontrada, não na tradução literal do português para os sinais, e, sim, na sua equivalência, respeitando a estrutura gramatical da língua de sinais, procurando manter o mesmo sentido da mensagem emitida na língua de partida. Há um contexto como referência, e o Tils reformula, na língua de sinais, a mensagem dita em português.

A tarefa mais difícil do Tils será justamente saber distinguir as situações em que deverá ser literal, usar de equivalência ou usar datilologia – e, se possível, explicar o termo para sua comunidade interpretativa caso ela desconheça a palavra – em razão de não haver ou não conhecer sinal equivalente para expressar o que o ouvinte quis dizer.

Nenhuma tradução pode ser exatamente fiel ao original, porque o original não existe como um objeto estável, guardião impecável das intenções originais de seu autor. Se apenas pudermos contar com interpretações de um determinado texto, leituras produzidas pela ideologia, pela localização temporal, geográfica e política de um leitor, por sua psicologia, por suas circunstâncias, toda tradução somente poderá ser fiel a essa produção. De maneira semelhante, ao avaliarmos uma tradução, ao compararmos o texto traduzido ao original, estaremos apenas e tão somente comparando a tradução à nossa interpretação do “original”, que, por sua vez, jamais será igual ao do Tils que realizou a tradução do discurso.

Nessa direção, importa-nos discutir aqui o que seja ser ético na tradução e interpretação, isto é, como o intérprete, que não é neutro e que se coloca durante o ato interpretativo, elabora suas escolhas, mesmo sabendo de antemão da impossibilidade de realizar uma tradução “fiel”.

2 Ato ético

Em *Para uma filosofia do ato responsável*, Bakhtin (2012) discute a categoria do ato ético ou ato responsável e a possibilidade de estabelecer um critério universal para aferição do caráter ético de um ato. Inicialmente, Bakhtin discute uma dificuldade inerente à pesquisa e descrição dos atos humanos, que é a dupla qualidade do ato. Este tanto pode ser tomado em sua singularidade, como o ato-evento irrepetível de um sujeito sócio-historicamente situado, como em sentido geral, como abstração (ato-atividade) do que, nos atos singulares, é repetível, portanto, teoricamente apreensível. Como discutiremos a seguir, Bakhtin (2012) afirma a necessidade de uma integração arquitetônica dessas duas dimensões do ato para que ele constitua um ato responsável.

O ato, neste caso, corresponde a uma ação (de pensamento) equivalente a tomar uma posição, fazer um movimento, “o achar-se ou colocar-se fora de uma maneira única, absolutamente outra, não equiparável, singular” (PONZIO, 2012, p. 10). Então, a realização do ato ético implica, ao sujeito, deslocar-se de sua posição presente a uma posição responsável perante a vida naquele momento e lugar único (o existir-evento) que ele, e somente ele, pode ocupar.

A palavra “responsável” deve ser tomada não apenas na acepção de assumir a responsabilidade por algo, mas também no sentido de responder a alguém/algo. Estaria, portanto, associada, à “compreensão responsiva”, a “pensamento participante”. Para dar conta desse duplo sentido, Sobral (2013) usa o termo “responsabilidade”, que corresponde, tanto a posicionar-se com relação a algo quanto a expressar essa posição como sua, assumi-la como verdadeira e válida no contexto dado. Sobral (2013), assim expõe a dificuldade de apreensão teórica dos atos singulares:

Essa dificuldade advém de duas características próprias dos atos humanos: atos absoluta e irredutivelmente singulares exigiriam agentes absolutamente únicos e dessemelhantes, e, portanto indistinguíveis, bem como situações de ação absolutamente irrepetíveis, o que impediria toda e qualquer generalização, deixando-nos sob a tirania da eterna redescoberta do agir. Por outro lado, uma generalização que enfeixe atos sem respeitar o que há neles de singular pressuporia agentes absolutamente iguais entre si, bem como uma única situação de ação no âmbito de uma dada atividade, o que em nada corresponde à condição humana. (SOBRAL, 2013, p. 11-12).

Essa responsabilidade inescapável do sujeito no ato singular é traduzida por Bakhtin com a expressão “não-álibi no existir” (BAKHTIN, 2012, p. 96), e sua afirmação, sua assunção plena pelo sujeito é que garante a ética do ato. Existir responsabilmente é pôr-se em relação com o mundo da vida. A existência não pode ser pensada apenas como abstração, mas como o ocupar um lugar único na existência, o que, por sua vez, implica a necessidade do pensamento, a qual não se resume a uma necessidade lógica, ditada pelo ser do pensamento, seu conteúdo objetivo, universalmente válido, mas inclui o dever do pensamento, sua necessidade ética, chamada, por Amorim (2009), de “necessitância”.

Segundo Amorim (2009), “o dever de pensar e a impossibilidade de não pensar são dados pela posição que ocupo em um dado contexto da vida real e concreta” (AMORIM, 2009, p. 23). É a partir desse lugar concreto e único que o pensamento e seu conteúdo adquirem seu valor emotivo-volitivo, sua entonação. A autora destaca que, na arquitetura bakhtiniana, o pensamento tem uma significação estável – dada pela identidade do ser, por aquilo que nele é estável e reiterável, teoricamente apreensível – e um sentido, o qual é dependente da valoração que lhe dá o sujeito.

Não é possível a neutralidade do sujeito diante do mundo. Após afirmar que todo objeto com que entramos em relação nunca nos é simplesmente dado, mas está sempre associado a alguma coisa a ser feita, a ser alcançada, Bakhtin (2012) afirma que, da mesma forma, o ato é um gesto ético no qual o sujeito revela-se e arrisca-se por inteiro. Pode-se mesmo dizer que ele é constitutivo de integridade. O sujeito responsabiliza-se inteiramente pelo pensamento.

Ao conferir importância à singularidade na vida, como evento, em sua dimensão ética, é possível perceber que Bakhtin atribuiu ênfase à singularidade do ato e suas consequências éticas. Dito de outra forma: a vida humana reside em uma sucessão de atos éticos, sempre tendo como sustentação a relação de um ser humano com o outro. Não é possível prever antecipadamente cada ato ético, uma vez que ele surge como posição exclusivamente singular de cada pessoa no mundo; sendo assim, o ato ético envolve uma responsabilidade pessoal e intransferível, denominada por Bakhtin “não-álibi no existir”.

No ponto preciso e singular em que me encontro agora, ninguém mais encontra-se no tempo singular e no espaço singular do ser singular. O que pode ser feito por mim não poderá jamais ser feito por outro. A singularidade do ser presente é obrigação necessitante (AMORIM, 2009, p. 34).

Portanto, naquele momento único do ato interpretativo, no qual ninguém além do próprio intérprete tem a tradução em suas mãos, sendo um lugar único, que não se repete, não há escapatórias para o intérprete, não existem desculpas para não assumir sua responsabilidade pelo discurso produzido na língua de chegada, que normalmente é a língua de sinais. A ética não pode ser reduzida a algum código com leis gerais a serem aplicadas indistintamente, mas às possibilidades e necessidades do ato concreto no existir-evento

Este fato do meu não-álibi no ser, que está na base do dever mais concreto e único do ato, não é algo de que eu tome conhecimento ou de que eu tenha plenamente consciência, mas alguma coisa que eu reconheço e que eu afirmo de uma maneira única. (AMORIM, 2009, p. 35).

Cada ato do sujeito é único em seu processo, mesmo compartilhando com todos os outros atos uma dada estrutura de conteúdo. O sujeito é agente responsável por seus próprios atos, pois é essa sua condição o que une em seu ser complexo o pessoal e o social, o cognitivo, e impõe o universal e o singular, o biológico e o histórico.

Um ato ético responsável, por conseguinte, só pode resultar de um pensamento participativo, ou seja, engajado, comprometido, interessado: um pensamento não indiferente (BAKHTIN, 2012).

Sendo assim, só podemos pensar em um Tils ético se ele estiver engajado na tarefa de traduzir e se assumir sua responsabilidade no ato interpretativo.

Para tanto, é preciso que este Tils esteja comprometido com a comunidade surda, com sua língua e cultura. Ser ético e estar distante da sua comunidade interpretativa é uma tarefa quase impossível, uma vez que, neste trabalho, ética não está relacionada a comportamento profissional e tampouco com a cor de roupa a ser usada durante nossas atuações. Estas indicações encontram-se na cartilha *A classificação indicativa na língua brasileira de sinais* (BRASIL, 2009).

3 Ser ético na sala de aula: o que nos dizem os intérpretes de Libras?

A discussão sobre ética tem ocupado o discurso de vários estudiosos da tradução. As obras de Antoine Berman e Lawrence Venuti ajudaram na reflexão sobre a ética nas interpretações da Libras. São elas, respectivamente: *A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica* (BERMAN, 2002) e *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença* (VENUTI, 2002).

No Brasil, têm crescido as pesquisas sobre ética na tradução e algumas publicações com essa temática começam a surgir, a exemplo do livro *Vozes da tradução: éticas do traduzir* (ESTEVES; VERAS, 2014), organizado pelas pesquisadoras Lenita Esteves e Viviane Veras. O livro é resultado do esforço reflexivo de pesquisadores que fazem parte do grupo de Pesquisa MultiTrad*, organizado em torno de um eixo que se funda justamente na heterogeneidade do objeto tradução.

Na área “tradução e interpretação da língua de sinais”, a única publicação encontrada foi um material didático escrito especificamente para o curso de educação a distância, bacharelado em Letras/Libras, na disciplina Tradução e Interpretação da Libras II, de autoria de Audrei Gesser (2011). O tema é tratado como tópico da

* O Grupo MultiTrad conta com pesquisadores de várias instituições brasileiras (PUC-Rio, UFRJ, Unicamp, USP, Unesp, UFU, UFJF, UEM e UFPR) e com estudantes vinculados a projetos de pesquisa em todos os níveis de formação.

disciplina citada. O estudo versa sobre ética como conduta de comportamento profissional no cumprimento de códigos de ética e faz um breve resgate dos pressupostos filosóficos da ética, define a diferença entre ética e moral e apresenta uma sucinta discussão sobre alguns códigos de ética dos Tils, para além do já conhecido e amplamente divulgado “Código de ética dos intérpretes de Libras da FENEIS ” (QUADROS, 2004). A partir do questionamento “Mas, afinal, o que é ética?”, Gesser (2011) introduz a discussão dizendo:

Em princípio poderíamos dizer que ética é “a arte do bom” (MARCHIONNI, 2008), entendendo o bom como aquilo que nos guia para sermos felizes. Esta felicidade, todavia, não pode ser do tipo que ignora todo o nosso entorno social; não pode ser uma felicidade que nos faça feliz e que prejudique os outros. Para praticarmos o bom temos que ter uma motivação – e essa motivação é moral! É verdade que ética e moral são conceitos muitas vezes concebidos como sinônimos para alguns autores e como conceitos distintos para outros (cf. BOFF, 2009). Esta distinção foi feita durante o Iluminismo (1700-1800), mas é criticada por vários autores por acharem que se cria uma confusão desnecessária. (GESSER, 2011, p. 3).

Mais adiante, a autora afirma que:

As questões de ética aparecem sob várias temáticas no nosso dia a dia, e fundamentalmente importante são os costumes que estão imbricados nesta discussão. É sabido que os costumes podem mudar: o que era considerado correto em uma determinada época pode ser considerado errado nos dias atuais, da mesma forma que o que é aceito em determinadas sociedades pode ser rejeitado em outras. Assim, um comportamento correto em ética seria “um comportamento adequado aos costumes vigentes, e enquanto vigentes, isto é, enquanto estes costumes tiverem força para coagir moralmente, o que aqui quer dizer, socialmente”. (GESSER, 2011, p. 5-6).

Embora o texto seja parte integrante da disciplina Tradução e Interpretação de Libras II, não há referências à relação entre ética e tradução.

Diferentemente da vertente proposta por Gesser (2011), ampliamos as questões sobre ética a partir das considerações dos sujeitos participantes dessa pesquisa no viés dos Estudos da Tradução e do ato ético de Bakhtin. Vale saber que o tema “ética” é recorrente nos grupos de discussões de Tils e nos trabalhos e textos acadêmicos publicados sobre sua atuação profissional, mas não há, ainda, um estudo específico sobre o tema.

Nas respostas obtidas dos sujeitos entrevistados, ficou constatado que, quando se pergunta diretamente sobre a ética na interpretação, os Tils referem-se ao Código de Ética da Feneis; todos o conhecem e sabem de sua existência. Apesar de haver

outros códigos de ética da profissão, eles não são citados por nenhum dos Tils entrevistados. Isso reafirma que, ainda que tenha se originado nos Estados Unidos, o código de ética da Feneis continua sendo a referência para os intérpretes. Esse dado é relevante e, tendo em vista que todos os entrevistados são novos na profissão, sua entrada já se dá com a existência de outros códigos de ética e, mesmo assim, nenhum encontra destaque tanto quanto o da Feneis. Esse dado provavelmente seja consequência da pouca divulgação dos outros códigos de ética e pelo fato de que nenhum outro código de ética ter sido balizado pela comunidade surda e por instituições governamentais – tais como o Ministério da Educação (MEC) –, além de serem pouco citados nas publicações científicas.

A relação entre neutralidade e ética proposta no Código de Ética da Feneis é percebida na resposta do intérprete Davi, um dos participantes deste estudo, que expressa:

A nossa ética tem que estar na questão de tentar ser o mais neutro possível, sabendo que você não vai conseguir ser 100% neutro; tentar essa questão da neutralidade e não fazer nada que prejudique. Se for para o bem, se for para auxiliar, tudo bem! (Davi).

De acordo com o Código de Ética da Feneis,

2º - O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo. (QUADROS, 2004, p. 32).

A invisibilidade do intérprete de Libras aparece como uma forma ou solução para sermos éticos. “Quanto mais ‘neutro’ for, menos me lembrarei da interpretação feita. Portanto, mais ‘neutro’ terei sido!” (SANDER, 2002, p. 131).

Em oposição a essa ideia de neutralidade, Bakhtin afirma que o ato ético exige posicionamento. Não há como ser neutro. E mesmo tentando essa neutralidade, o ato do intérprete é posicionado: ele não omite, mas provoca sentido para o outro. Como nos diz Bakhtin,

Desta responsabilidade sem álibi se pode certamente tentar fugir, mas mesmo as tentativas de alienar-se desta responsabilidade testemunham o seu peso e a sua presença inevitável. (BAKHTIN, 2012, p. 27).

Assim, também para os Estudos da Tradução não existe a possibilidade de haver um tradutor e intérprete neutro. Sendo a tradução uma ressignificação de sentidos na voz do outro, não há como o Tils não participar do processo tradutório por meio de suas escolhas linguísticas, que nunca serão neutras e, sim, o resultado de sua história, de seu conhecimento sobre comunidade surda e língua de sinais.

Se ética diz respeito a nosso agir no mundo, ela nunca será neutra e isenta de valores. Pelo contrário, ética é necessariamente valoração: bem/mal, bom/ruim, certo/errado etc. e essa valoração mobiliza também, ou, sobretudo, a nossa vontade, sendo a ela dado o poder de tornar-se realidade ou não. (OLIVEIRA, 2014 p. 264).

No relato de Jônatas, outro participante, é perceptível que existe clareza quanto à sua função de tradutor, que é segundo o seu entendimento a de fazer passar a mensagem dita em português para a Libras, ou vice-versa, isso não significa ser literal e sim produzir na língua de sinais o mesmo sentido do que foi detido em português. Essa sua postura é coerente com o que é falado a respeito do tradutor nos Estudos da Tradução.

Parece haver consenso no sentido de que a tradução tem como função primordial trazer para determinada língua uma informação que está escrita em outra. Podemos dizer, portanto, que a difusão de conhecimento depende em grande medida da tradução. (ESTEVES, 2014, p. 75).

Jônatas mostra-nos a dificuldade que sente em ser ético:

Tento ser ético, tento passar a informação. Ser ético, para mim, é você saber diferenciar os seus valores daquilo que está sendo interpretado; é difícil, é muito difícil, mas tem que ser assim, tem que ser dessa forma. Você não está ali para opinar e, sim, para passar a informação de forma mais clara, que seja compreendida sem perder nada. Por mais que você tenha dificuldade de um sinal de um conceito você precisa passar a informação. Você está ali para isso. (Jônatas).

O Tils está na sala de aula para permitir ao aluno surdo compreender, na língua de sinais, o que foi dito pelo professor ouvinte e/ou traduzir textos em português. Para Jônatas, não há dúvidas quanto à sua finalidade na educação do surdo, mas revela a dificuldade que sente em manter a neutralidade que considera primordial para ser ético.

A ética aparece ligada à ideia de neutralidade do intérprete, mas o intérprete luta para separar seus valores do que está sendo dito na língua de partida e seus valores e conhecimento de mundo. De certa forma, Jônatas evoca a neutralidade como possibilidade de ser ético, como se fosse possível, durante o ato interpretativo, esvaziar-se de si mesmo.

Magalhães Júnior, intérprete do inglês para o português e vice – versa, da Presidência da Câmara de Deputados de Brasília, aponta em uma direção contrária à apresentada por Jônatas:

Não tenho mais aquela visão estanque do intérprete como mero reprodutor de conteúdo, uma máquina sem emoção e personalidade escondida dentro de uma cabine e separada do mundo por um sólido

painel de vidro. É essa impressão de isolamento, de invisibilidade, que talvez leve alguns colegas intérpretes a agirem com arrogância querendo atrair para si uma atenção que não fizeram por merecer naturalmente por incapacidade pessoal de comunicação ou por estarem escravizados a um sistema de regras auto-imposto que os impede de ser como são. (MAGALHÃES JR., 2007, p. 99).

A língua não é transparente. Sendo o intérprete trabalhador da língua, é impossível firmar a ética na pretensa fidelidade do Tils. “Evidentemente, uma ética tradutória não pode se restringir a uma noção de fidelidade” (VENUTI, 2002, p. 56). Ainda que usualmente o Tils não fique isolado do mundo por meio de uma cabine de vidro, normalmente o trabalho do intérprete de Libras é solitário, no sentido de ser o único na sala de aula que fala a língua do aluno surdo, quando não é o único em toda a escola que realiza essa função. Salvo algumas universidades privadas e públicas, onde há mais de um surdo e, portanto, dois ou mais intérpretes, na maioria das vezes há somente um intérprete em cada escola e/ou faculdade.

Esse isolamento produz efeitos diferentes nos Tils. Alguns se julgam superiores por terem em suas mãos o poder de abrir ou fechar um novo mundo de conhecimentos para os surdos, de proporcionar a inclusão do aluno surdo com os colegas e professor ouvinte. E, em outros, produz uma crise de identidade, contribuindo para a perpetuação da invisibilidade do Tils. O ato ético manifesta-se justamente quando se assume uma posição na presença do outro.

Rute, Tils participante desse estudo, aborda a ética a partir das relações com os surdos; esse olhar para a ética como decorrente das relações que se estabelecem entre intérpretes e alunos surdos não foi mencionado pelos dois outros entrevistados. Talvez a ausência desse conflito seja parte da trajetória de Davi e Jônatas, que se tornaram intérpretes, primeiro, pela formação acadêmica, diferentemente de Rute, que foi convidada pela comunidade surda a atuar como Tils a partir da convivência com os surdos. Vejamos:

Primeiramente, é o envolvimento do intérprete. Muitas vezes a gente acaba tendo um envolvimento pessoal com o surdo, e [é difícil] separar essas duas coisas. Às vezes o surdo, por considerar a gente amigo, quer alguns favores, quer um tipo de favorecimento, por exemplo, o aluno não está na sala de aula e quer que o intérprete faça um resumo do que o professor já disse. Eu acredito que [isso] não é tratar com igualdade, porque se o aluno ouvinte não [estava] na sala, ele também perdeu o conteúdo. Então é uma coisa difícil de separar. Porque a gente quer fazer isso por ele porque é amigo, mas acredito que não seja o papel do intérprete. (Rute).

A amizade entre surdos e intérpretes é uma especificidade única nessas relações de tradução e que se torna delicada quando inserida no contexto de sala de aula, lugar em que o intérprete presta serviço de tradução ao aluno surdo e nem sempre os limites são definidos.

O aluno surdo tem o direito de ser instruído na sua língua, porém tem o dever de cumprir com suas obrigações estudantis, e não transferir essa responsabilidade ao intérprete. Ausentar-se da aula é um direito de todos os estudantes, e com o surdo não poderia ser diferente. Entretanto, ele deve arcar com as consequências, e não deixar o intérprete como seu substituto.

Nessa situação, dizer *não* ao aluno surdo é perfeitamente compreensível e ético, caso contrário perpetua-se a ação assistencialista do ouvinte para com o surdo. Nesse sentido, essa manifestação assistencialista não se restringirá somente ao escrever o resumo da matéria quando o surdo ausentar-se. É preciso ter consciência de que em outros momentos essa postura irá se revelar e o surdo pode não gostar de tal situação. O intérprete pode tornar-se tutor do surdo, e aquela situação que deveria ser de liberdade para o surdo, ou seja, a presença do Tils na sala de aula para que ele possa se formar e exercer sua profissão com competência, volta-se contra o surdo, que não se apropriará dos conteúdos, conseqüentemente não poderá exercer a profissão escolhida por falta de condições profissionais. Posto isso, o Tils, ao negar-se a tutelar o surdo, age com responsabilidade para com ele.

Quanto mais profissionais se tornam os intérpretes de Libras, tanto maior o benefício dos surdos, que dizem, por exemplo, que não querem que o intérprete explique as coisas a eles como se fossem incapazes, mas que interprete para eles e permita que os próprios surdos entendam as coisas. (SOBRAL, 2008, p. 129).

A entrevistada continua o seu relato:

Outra coisa que tem é o professor falar uma determinada coisa. Eu traduzo tudo o que o professor fala, mas não sei... às vezes, o professor pode falar alguma coisa [com a qual] você não concorda, [talvez] um pensamento racista ou [ofensivo]. E você tem que traduzir e deixa isso claro, que não é você que está falando. Embora você não sinalize, está subentendido [que] é o professor. Mas gera um conflito quando você tem que traduzir ideias [com as quais] não compartilha; mas a ética está acima disso e você tem que traduzir porque você só é um condutor de uma língua para outra. (Rute).

Novamente, a ética surge como resultado da neutralidade, da imparcialidade do intérprete. O conflito é do intérprete com o que foi dito, como se a autoria do discurso fosse sua; ele, o intérprete, é responsável por produzir, na língua de sinais, o mesmo sentido do que foi dito na língua portuguesa, mesmo que o discurso da língua de partida não pertencer a ele, às suas ideias, aos seus valores. Nesse momento instala-se não uma questão de ética, mas, sim, de autoria. A pergunta a ser feita é: quem é autor do discurso traduzido? Ainda que velado, surge nesse relato o conflito: o intérprete também é professor?

Ele tem responsabilidade sobre o que foi dito pelo professor? Em virtude de o intérprete estar na sala de aula, ele sente-se responsável por tudo que é dito nesse

ambiente. É preciso ter claro que o aluno é aluno do professor da sala, e não do intérprete; este tem a função de mediar a comunicação entre os dois grupos linguísticos presentes na sala de aula.

Considerações finais

Nesse trabalho, a viabilidade ética é posta em ação justamente quando o Tils assume a responsabilidade por suas escolhas linguísticas durante o processo tradutório. Esse ato responsável é desencadeado pelo Tils na medida em que se coloca no lugar do outro e, pelas suas mãos e corpo, constrói sentidos na língua de sinais para o outro e com o outro. Nesse cenário, o outro é o aluno surdo. Portanto, para o intérprete ser ético, cabe colocar-se mais na condição de aluno – aquele que tem o desejo de aprender – do que na de professor. Caso se coloque na condição de professor, pouco poderá significar ao aluno, visto que o professor é ouvinte, falante da língua majoritária. Sendo assim, durante a interpretação o intérprete arrisca-se a favorecer a língua e a cultura de partida em detrimento da língua de chegada – postura que não concorre para que os alunos surdos possam apropriar-se dos saberes distribuídos na escola; ao contrário, eles podem ser excluídos na sala de aula mesmo tendo sua língua presente na escola dita inclusiva. Para que a tradução altere esse quadro histórico da educação dos surdos em que eles estão excluídos dos saberes distribuídos nas instituições de ensino, a proposta deste trabalho é que o ato interpretativo seja pautado na ética da diferença e que respeite a língua e a cultura deles.

Este trabalho propôs-se a discutir as contradições e desafios enfrentados pelo tradutor e intérprete de língua de sinais na prática ética da profissão a partir do conceito de Bakhtin (2012) e dos Estudos da Tradução em Venuti (2002) e Berman (2002), pois, como já analisado no decorrer deste texto, Tils e tradutores compartilham dos mesmos problemas, dilemas e angústias e assemelham-se, inclusive, pelo caminho percorrido por estes em seu processo histórico, o qual, desde a atuação empírica até a teorização da profissão, tem grande semelhança com a trajetória dos intérpretes de língua de sinais. O estudo aqui desenvolvido não esgota de maneira nenhuma todas as possibilidades de aprofundamento do tema, mas ajuda a explicitar os dilemas vividos pelos Tils e a necessidade de reflexões sobre sua formação profissional.

Ficou evidenciado, por meio das entrevistas, que o Código de Ética do Intérprete de Libras da Feneis continua sendo, além do mais conhecido, o único citado pelos entrevistados, que são por ele influenciados. Isto inclui princípios fundamentais, como confidencialidade, imparcialidade, lealdade e integridade. No entanto, quando um intérprete encontra-se diante de situações cotidianas da sala de aula inclusiva, por vezes ele é confrontado com situações que exigem sua participação ativa, o que não combina com a invisibilidade e a imparcialidade apontadas pelo código de ética como elementos essenciais ao bom intérprete. No exercício de sua atividade tradutória em sala de aula, o Tils pode aprender na prática a lidar com dilemas éticos que causam situações delicadas.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2012.
- BERMAN, A. **A prova do estrangeiro: cultura e tradução na Alemanha romântica – Heder, Goethe, Schlege, Novalis, Humboldt, Schleiermacher, Hölderlin**. Tradução de Maria Emilia Pereira Chanut. Bauru: Edusc, 2002.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça (Org.). **Aclassificação indicativa na língua brasileira de sinais**. Brasília: SNJ, 2009.
- ESTEVES, L. M. R. **Atos de tradução: éticas, intervenções, mediações**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2014.
- ESTEVES, L.; VERAS, V. (Orgs.). **Vozes da tradução: éticas do traduzir**. São Paulo: Humanitas, 2014.
- GESSER, A. **Tradução e interpretação da Libras II**. Material didático desenvolvido para o Curso Letras-Libras em EaD. Florianópolis: UFSC, 2011.
- GOES, M. C. R. de. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.
- LACERDA, C. B. F. de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **CadernoCedes**, Campinas, v.26, n.69, mai.-ago. 2006.
- MAGALHÃES JUNIOR, E. **Sua majestade, o intérprete: o fascinante mundo da tradução simultânea**. São Paulo: Parábola, 2007.
- MANZINI, E. J. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R.; VICTOR, S. L. (Orgs.). **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: Ufes, 2006.
- OLIVEIRA, P. Qual ética? In: ESTEVES, L.; VERAS, V. (Orgs.). **Vozes da tradução: éticas do traduzir**. São Paulo: Humanitas, 2014.
- PONZIO, A. Prefácio. BAKHTIN, M. M. In: **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. 2. ed. São Carlos: Pedro & João, 2012
- QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/Seesp, 2004.
- ROSA, A. S. R. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

ROSA, A. S. R. **A alteridade como fundamento ético para a tradução e interpretação da língua de sinais na sala de aula**. 2016. 226 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP.

SANDER, R. Questões do intérprete de língua de sinais na universidade. In: LODI, A. C. B. et al. (Orgs.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SOBRAL, A. **Dizer o “mesmo” a outros: ensaios sobre tradução**. São Paulo: SBS, 2008.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**– 1994. Rio de Janeiro: Unesco, 1998.

UNICEF –Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Conferência mundial sobre educação para todos**. Jomtien, Tailândia, 5-9 mar. 1990.

VENUTI, L. **Escândalos da tradução: por uma ética da diferença**. Tradução de Laureano Pelegrin et al. Bauru: Edusc, 2002.